



RESOLUÇÃO CONDOESTE N.º 016/2024: ESTABELECE PROCEDIMENTOS PARA APURAÇÃO E APLICAÇÃO DE PENALIDADES EM LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES REGIDAS PELA LEI FEDERAL N.º 14.133/2021, NO ÂMBITO DO CONDOESTE.

O Presidente do Consórcio Público para Tratamento e Destinação Final Adequada de Resíduos Sólidos da Região Doce Oeste do Estado do Espírito Santo-CONDOESTE, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento às disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato e do Estatuto do Consórcio Público, e

CONSIDERANDO a Lei Federal N.º 14.133, de 1.º de abril de 2021-Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

CONSIDERANDO a necessidade de observância aos princípios previstos no art. 5.º da referida lei, assim como às disposições do Decreto-Lei N.º 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro);

CONSIDERANDO que o art. 155 e seguintes da Lei Federal N.º 14.133/2021 dispõe sobre as infrações e sanções administrativas,

**RESOLVE:**

## **CAPÍTULO I**

### **DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1.º** Esta Resolução estabelece o procedimento de apuração e aplicação de penalidades nos âmbitos licitatório e contratual no CONDOESTE.

**Parágrafo único.** Aplica-se o disposto nesta Resolução às licitações, às contratações diretas e procedimentos auxiliares, naquilo que for aplicável.

---

Praça Isidoro Binda, N.º 04, Bairro Vila Nova, Colatina/ES. CEP 29702 - 040.

Telefone: (27) 3711-2910. CNPJ N.º11.422.312/0001- 00.

E.mail: administrativo@condoeste.es.gov.br

Site: www.condoeste.es.gov.br



**Art. 2.º** O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas infrações descritas no artigo 155, da Lei Federal N.º 14.133, de 2021, e, ainda, de qualquer outro descumprimento de cláusula editalícia, contratual ou da legislação referente às licitações e contratações públicas.

**Art. 3.º** A aplicação das sanções administrativas pelo cometimento de infração será precedida do devido processo legal, com garantias fundamentais de contraditório e ampla defesa, com a utilização dos meios, provas e recursos admitidos em direito.

**Parágrafo único.** Dos atos da Administração Pública, decorrentes da aplicação das sanções administrativas previstas nesta Resolução, caberá recurso e pedido de reconsideração, nos termos disciplinados no artigo 165 e seguintes, da Lei Federal N.º 14.133, de 2021.

## CAPÍTULO II

### DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**Art. 4.º** Os licitantes ou contratados que descumprirem total ou parcialmente as normas administrativas ficarão sujeitos às penalidades descritas no artigo 156, da Lei Federal N.º 14.133, de 2021, quais sejam:

- I. Advertência;
- II. Multa;
- III. Impedimento de licitar e contratar;
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**§1.º** Na aplicação das penalidades devem ser consideradas as circunstâncias previstas no §1.º, do artigo 156, da Lei Federal N.º 14.133, de 2021.

**§2.º** As sanções administrativas poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme disposto na legislação aplicável, no instrumento convocatório ou equivalente ou no instrumento contratual, hipótese em que serão concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à penalidade mais gravosa.



**§3.º** A autoridade julgadora, mediante ato motivado e sob os critérios da razoabilidade e proporcionalidade, poderá agravar, abrandar ou isentar a aplicação das penalidades, assim como adotar prazo ou percentual diverso do que trata esta Resolução.

**Art. 5.º** A competência para determinar a instauração do processo administrativo, julgamento e aplicação das sanções administrativas serão das seguintes autoridades:

**I.** A sanção prevista no inciso I, do *caput*, do artigo anterior, será do gestor do contrato ou do Presidente deste CONDOESTE;

**II.** As sanções previstas nos incisos II e III, do *caput*, do artigo anterior, serão do Presidente deste Consórcio Público;

**III.** A sanção prevista no inciso IV, do *caput*, do artigo anterior, será do Presidente deste CONDOESTE, sendo que, neste caso, a instauração e o processamento serão feitos no setor responsável pelo procedimento licitatório, contratação direta, procedimento auxiliar ou contratação, e, ao final, remetidos os autos para julgamento pela autoridade máxima.

**§1.º** A aplicação das sanções administrativas previstas em Lei não exclui, em nenhuma hipótese, a obrigação de reparação integral do dano causado à administração pública.

**§2.º** Para a aplicação das penalidades administrativas, será necessário prévio parecer jurídico, podendo ser dispensado nos casos das sanções de advertência e multa.

**Art. 6.º** O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual sujeitará o adjudicatário ou contratado infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou se iguais, somente uma delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstâncias agravantes.

**§1.º** Não se aplica a regra prevista no *caput*, deste artigo, se já houver ocorrido o julgamento ou, pelo estágio processual, revelar-se inconveniente a avaliação conjunta dos fatos.



**§2.º** O disposto neste artigo não afasta a possibilidade de aplicação da pena de multa cumulativamente à sanção mais grave.

## **SEÇÃO I DA ADVERTÊNCIA**

**Art. 7.º** A sanção de advertência, que consiste em comunicação formal ao licitante ou contratado, será aplicada nas seguintes hipóteses:

- I. Descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave, tais como, o atraso na entrega de produto, serviços e etapas de obras, e situações de natureza correlatas, independentemente da aplicação da multa;
- II. Inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, e situações de natureza correlatas, a critério da administração pública, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

**Parágrafo único.** Para os fins deste artigo, considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato, bem como não causem prejuízos à administração pública.

## **SEÇÃO II DA MULTA**

**Art. 8.º** A multa será calculada na forma prevista no edital ou no contrato, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado.

**§1.º** A aplicação de multa moratória não impedirá que a autoridade julgadora, mediante ato motivado, a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Resolução



**§2.º** Nos casos em que o valor do contrato seja irrisório ou sem custos para a Administração Pública, deverá ser fixado no edital e no próprio contrato um valor de referência devidamente motivado para a aplicação de eventuais multas.

**Art. 9.º** O licitante ou contratado que, injustificadamente, descumprir a legislação ou cláusulas editalícias ou contratuais ou der causa a atraso no cumprimento dos prazos previstos nos contratos ou sua inexecução total ou parcial, sujeitar-se-á à aplicação da penalidade de multa, nos termos desta Resolução, sem prejuízo das demais penalidades legais cabíveis, devendo ser observados, preferencialmente, os seguintes percentuais e diretrizes:

**I.** Multa moratória de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso na entrega de bem ou execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;

**II.** Multa administrativa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação ou do valor da contratação direta em caso de recusa do licitante ou futuro contratado em assinar a ata de registro de preços ou contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;

**III.** Multa administrativa de 3% (três por cento) sobre o valor de referência para a licitação ou para a contratação direta, na hipótese de o licitante ou futuro contratado retardar injustificadamente o procedimento de contratação ou descumprir de preceito normativo ou as obrigações assumidas, tais como:

**a)** Deixar de entregar documentação exigida para o certame licitatório;

**b)** Desistir da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela administração;

**c)** Tumultuar a sessão pública da licitação;



- d)** Descumprir requisitos de habilitação na modalidade pregão, a despeito da declaração em sentido contrário;
- e)** Propor recursos manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;
- f)** Deixar de providenciar o cadastramento da empresa vencedora da licitação ou da contratação direta junto ao cadastro de fornecedores do CONDOESTE, dentro do prazo concedido pela administração, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo respectivo órgão deste CONDOESTE;
- g)** Deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de o licitante ou contratado enquadrar-se como Microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar Federal N.º 123, de 2006 e suas alterações;
- h)** Propor impugnações ou pedidos de esclarecimentos repetitivos e que já tenham sido respondidos, tumultuando a abertura do processo licitatório;
- i)** Outras situações de natureza correlatas.

**IV.** Multa administrativa de 3% (três por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação ou do valor da contratação direta, quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas, tais como:

- a)** Deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato;
- b)** Permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;
- c)** Deixar de regularizar, no prazo definido pela administração, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;
- d)** Deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do contratante;
- e)** Não devolver os valores pagos indevidamente pelo contratante;
- f)** Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato;
- g)** Utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;
- h)** Tolerar, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;



- i)** Deixar de fornecer Equipamento de Proteção Individual-EPI, quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
- j)** Deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela administração pública;
- k)** Deixar de repor funcionários faltosos;
- l)** Deixar de controlar a presença de empregados, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
- m)** Deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;
- n)** Deixar de efetuar o pagamento de salários, vales-transporte, vales-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;
- o)** Deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada;
- p)** Outras situações de natureza correlatas.

**V.** Multa administrativa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação ou do valor da contratação direta, na hipótese de o contratado entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

**VI.** Multa administrativa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato ou da ata de registro de preços, quando o contratado ou fornecedor registrado der causa, respectivamente, à rescisão do contrato ou ao cancelamento da ata de registro de preços.

**§1.º** Se a recusa em assinar o contrato ou a ata de registro de preços a que se refere o inciso II, do *caput*, deste artigo, for motivada por fato impeditivo relevante, devidamente



comprovado e superveniente à apresentação da proposta, a autoridade julgadora poderá, mediante ato motivado, deixar de aplicar a multa.

**§2.º** Os atos convocatórios e os contratos poderão dispor de outras hipóteses de multa, desde que justificadas pelo respectivo órgão desta administração pública, dentro dos limites estabelecidos no *caput*, do artigo 8.º desta Resolução.

**§3.º** O atraso para apresentação, execução, prestação e obrigação contratual ou licitatória, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias contínuos, a partir do 1.º (primeiro) dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o seu cumprimento.

**§4.º** A aplicação das multas de natureza moratória não impede a aplicação superveniente de outras multas previstas neste artigo, cumulando-se os respectivos valores.

**§5.º** No caso de prestações continuadas, a multa de 5% (cinco por cento) de que trata o inciso V, do *caput*, deste artigo será calculada sobre o valor da parcela que eventualmente for descumprida.

**§6.º** A aplicação das multas previstas nesta subseção não exclui, em nenhuma hipótese, a obrigação de reparação integral do dano causado à administração pública.

**Art. 10.** Na hipótese de deixar o licitante ou contratado de pagar a multa aplicada a tempo e o modo devidos, o valor correspondente será executado observando-se os seguintes critérios:

I. Se a multa aplicada for superior ao valor das faturas subsequentes ao mês do inadimplemento, responderá o licitante ou contratado pela sua diferença, devidamente atualizada monetariamente e acrescida de juros e encargos legais, fixados segundo os





índices e taxas utilizados na cobrança dos créditos não tributários do município sede deste consórcio público ou cobrados judicialmente;

**II.** Inexistindo faturas subsequentes ou sendo estas insuficientes, descontar-se-á do valor da garantia;

**Art. 11.** O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias contínuos será considerado como inexecução total do contrato ou da ata de registro de preços, devendo os instrumentos respectivos serem rescindidos, salvo razões de interesse público devidamente motivadas no ato do respectivo órgão deste CONDOESTE.

### **SEÇÃO III**

#### **DO IMPEDIMENTO DE LICITAR**

**Art. 12.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, àquele que:

**I.** Dar causa à inexecução parcial do contrato, que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**II.** Dar causa à inexecução total do contrato;

**III.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**IV.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**V.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**VI.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**VII.** Outras situações de natureza correlatas.

**§1.º** Considera-se inexecução total do contrato:

**I.** Recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada;



**II.** Recusa injustificada do adjudicatário em assinar ata de registro de preços, contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração pública.

**§2.º** Evidenciada a inexecução total, a inexecução parcial ou o retardamento do cumprimento do encargo contratual, o adjudicatário ou contratado será notificado para apresentar, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da publicação ou ciência, a justificativa para o descumprimento do contrato.

**§3.º** A justificativa apresentada pelo licitante ou adjudicatário será analisada pelo agente de contratação, pregoeiro ou comissão de licitação; e a apresentada pela contratada será analisada pelo fiscal do contrato que, mediante ato motivado, apresentará manifestação e submeterá à decisão da autoridade superior.

**§4.º** Rejeitadas as justificativas, o agente competente submeterá à autoridade máxima do órgão ou entidade para que decida sobre o encaminhamento para a instauração do processo para a apuração de responsabilidade, salvo quando não for ele a autoridade instauradora e julgadora.

**§5.º** Preliminarmente ao encaminhamento à instauração do processo, de que trata o parágrafo anterior, poderá a autoridade superior conceder prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da publicação ou da ciência, para a adequação da execução contratual ou entrega do objeto.

**§6.º** A sanção prevista no *caput*, deste artigo, impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta e indireta dos municípios consorciados, pelo prazo máximo de 03 (três) anos a contar da sua inscrição no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS.

#### **SEÇÃO IV**

#### **DA DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE**

---

Praça Isidoro Binda, N.º 04, Bairro Vila Nova, Colatina/ES. CEP 29702 - 040.

Telefone: (27) 3711-2910. CNPJ N.º11.422.312/0001- 00.

E.mail: administrativo@condoeste.es.gov.br

Site: www.condoeste.es.gov.br



**Art. 13.** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada àquele que:

- I. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- II. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- III. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- IV. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- V. Praticar ato lesivo previsto no artigo 5.º, da Lei Federal N.º 12.846, de 2013;
- VI. Outras situações de natureza correlatas

**§1.º** A autoridade máxima, quando do julgamento, se concluir pela existência de infração criminal ou de ato de improbidade administrativa, dará conhecimento aos órgãos de controle da administração pública competente para atuação no âmbito das respectivas competências.

**§2.º** A sanção prevista no *caput*, deste artigo, aplicada por qualquer ente da Federação, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta e indireta dos municípios consorciados, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, a contar do trânsito em julgado da decisão administrativa.

### **CAPÍTULO III**

#### **DOS PROCEDIMENTOS PARA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES**

##### **SEÇÃO I**

##### **DOS ATOS PROCESSUAIS, DO TEMPO, DOS PRAZOS E DA FORMA DOS ATOS**

**Art. 14.** Serão aceitos documentos assinados digitalmente, desde que atendidas as exigências mínimas para utilização de assinaturas eletrônicas nos documentos e nas interações com o Poder Público, nos termos da Lei Federal N.º 14.063, de 2020.



**Art. 15.** Os prazos processuais serão contados em dias úteis, salvo disposição expressa em sentido contrário.

**§1.º** Considera-se dia útil o dia em que houver expediente no CONDOESTE, ainda que na modalidade teletrabalho.

**§2.º** Os prazos serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento e observarão as seguintes disposições:

- I. Os prazos expressos em dias corridos serão computados de modo contínuo;
- II. Os prazos expressos em meses ou anos serão computados de data a data.

**§3.º** Salvo disposição em contrário, considera-se dia do começo do prazo:

- I. O primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação;
- II. A data de juntada aos autos a contar da publicação ou ciência.

**Art. 16.** Não existindo determinação em sentido contrário, os atos processuais devem ser praticados pelos notificados no prazo de 05 (cinco) dias úteis corridos.

**Art. 17.** Quando se tratar de processo digital, os atos poderão ser praticados por meio de correio eletrônico, até as 23:59 horas do último dia do prazo, salvo quando esta Resolução prescrever de forma diversa.

**Art. 18.** Para fins desta Resolução, notificação é o ato emanado da autoridade competente pelo qual se dá ciência ao interessado da instauração de processo administrativo para apuração de cometimento, em tese, de infração administrativa, dando-lhe oportunidade para o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.

## SEÇÃO II

---

Praça Isidoro Binda, N.º 04, Bairro Vila Nova, Colatina/ES. CEP 29702 - 040.

Telefone: (27) 3711-2910. CNPJ N.º11.422.312/0001- 00.

E.mail: administrativo@condoeste.es.gov.br

Site: www.condoeste.es.gov.br



### **DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SUMARÍSSIMO**

**Art. 19.** A apuração de responsabilidade por infrações passíveis das sanções de advertência se dará em processo administrativo sumaríssimo, facultando-se a defesa do licitante ou contratado no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da ciência.

**§1.º** A notificação conterá, no mínimo, a descrição dos fatos imputados, o dispositivo pertinente à infração, a identificação do licitante ou contratado ou os elementos pelos quais se possa identificá-los, sendo-lhe facultado apresentar rol de eventuais provas que deseja produzir, de forma fundamentada, para deliberação e exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.

**§2.º** Serão indeferidas, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

**§3.º** Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data da intimação.

**§4.º** A apuração dos fatos e apreciação dos pedidos e defesa será feita por 02 (dois) ou mais empregados dos quadros deste CONDOESTE.

**§5.º** Não poderá participar da apuração de responsabilidade, cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, seu amigo íntimo ou inimigo.

**§6.º** No processo administrativo sumaríssimo de que trata essa subseção, é dispensada manifestação da assessoria jurídica do CONDOESTE.

### **SEÇÃO III**

---

Praça Isidoro Binda, N.º 04, Bairro Vila Nova, Colatina/ES. CEP 29702 - 040.

Telefone: (27) 3711-2910. CNPJ N.º11.422.312/0001- 00.

E.mail: administrativo@condoeste.es.gov.br

Site: www.condoeste.es.gov.br



## DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SUMÁRIO

**Art. 20.** A apuração de responsabilidade por infrações passíveis da sanção de multa, ou advertência e multa, se dará em processo administrativo sumário, facultando-se a defesa do licitante ou contratado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da publicação ou ciência.

**§1.º** A notificação conterà, no mínimo, a descrição dos fatos imputados, o dispositivo pertinente à infração, a identificação do licitante ou contratado ou os elementos pelos quais se possa identificá-los, sendo facultado apresentar rol de eventuais provas que deseja produzir, de forma fundamentada, para deliberação e exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa

**§2.º** Serão indeferidas, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

**§3.º** Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da data da intimação.

**§4.º** A apuração dos fatos e apreciação dos pedidos e defesa será feita por 02 (dois) ou mais empregados dos quadros do CONDOESTE, preferencialmente com, no mínimo, 03 (três) anos de tempo de serviço neste consórcio público.

**§5.º** Não poderá participar da apuração de responsabilidade, cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, seu amigo íntimo ou inimigo.

**Art. 21.** Transcorrido o prazo previsto no artigo anterior será elaborado relatório final conclusivo no qual resumirá as peças principais dos autos, mencionará os fatos



imputados, os dispositivos legais e regulamentares infringidos, as penas a que está sujeito o adjudicatário ou contratado, opinará sobre a licitude da conduta, analisará as manifestações da defesa e indicará as provas em que se baseou para formar sua convicção, e remeterá o processo à autoridade instauradora, para julgamento.

**§1.º** O relatório final será sempre conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do licitante ou contratado e informará, quando for o caso, se houve falta capitulada como crime e se houve danos aos cofres públicos, sugerindo à autoridade julgadora a remessa de cópia do processo ao setor competente para as providências cabíveis.

**§2.º** O relatório final conclusivo poderá, ainda, propor a absolvição por insuficiência de provas quanto à autoria ou materialidade.

**§3.º** O relatório final conclusivo poderá conter sugestões sobre medidas que podem ser adotadas pelo CONDOESTE, objetivando evitar a repetição de fatos ou irregularidades semelhantes aos apurados no processo.

**§4.º** No processo administrativo sumário de que trata essa subseção, é dispensada manifestação da assessoria jurídica deste consórcio.

**§5.º** Se evidenciado no curso do processo administrativo sumário que o caso envolve a prática de conduta que possa caracterizar infração punível com as sanções de impedimento de licitar ou contratar ou de declaração de inidoneidade de que tratam os incisos III e IV, do artigo 4.º desta Resolução, será instaurado o processo de responsabilização pelo rito comum, nos termos previstos no artigo 22 e seguintes desta Resolução.

## **SEÇÃO IV**

### **DO PROCESSO ADMINISTRATIVO COMUM**

---

Praça Isidoro Binda, N.º 04, Bairro Vila Nova, Colatina/ES. CEP 29702 - 040.

Telefone: (27) 3711-2910. CNPJ N.º11.422.312/0001- 00.

E.mail: administrativo@condoeste.es.gov.br

Site: www.condoeste.es.gov.br



**Art. 22.** A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 4.º, desta Resolução requererá a instauração de processo de responsabilização, de que trata o artigo 158, da Lei Federal N.º 14.133, de 2021, a ser conduzido por comissão processante, permanente ou designada pela autoridade máxima deste consórcio público.

**§1.º** A autoridade competente analisará a documentação e, caso entenda necessário, poderá determinar a realização de diligências antes de decidir pela instauração ou não do processo administrativo.

**§2.º** A instauração do processo se dará por ato de quem possui competência para aplicar a sanção, devendo consistir, no mínimo, em relatório circunstanciado, e mencionará:

- I.** A identificação do licitante ou contratado, denominado acusado, ou os elementos pelos quais se possa identificá-lo;
- II.** Os fatos que ensejam a apuração;
- III.** O enquadramento dos fatos às normas pertinentes à infração;
- IV.** As cláusulas editalícias ou contratuais descumpridas;
- V.** O número do edital, do processo e do instrumento jurídico do contrato ou ata de registro de preços, termo aditivo e nota de empenho que foram descumpridos;
- VI.** Na hipótese do § 3.º deste artigo, a identificação dos administradores e ou sócios, pessoa jurídica sucessora ou empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito.

**§3.º** A infração poderá ser imputada, solidariamente, aos administradores e sócios que possuam poderes de administração, se houver indícios de envolvimento no ilícito, como também à pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, seguindo o disposto para a desconsideração direta da personalidade jurídica.





**Art. 23.** A comissão processante será composta por 02 (dois) ou mais empregados dos quadros deste Consórcio Público, preferencialmente com, no mínimo, 03 (três) anos de tempo de serviço no CONDOESTE, com atribuição de conduzir o processo e praticar todos os atos necessários para elucidação dos fatos, inclusive com poderes decisórios sobre os atos de caráter instrutório.

**§1.º** Não poderá participar de comissão processante, cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, seu amigo íntimo ou inimigo.

**Art. 24.** O processo será iniciado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento dos autos pela comissão e concluído no prazo de 60 (sessenta) dias úteis, contados do seu início, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem, e mediante justificacão fundamentada.

**Art. 25.** Instaurado o processo administrativo, a autoridade competente deverá emitir a notificacão, para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimaçãõ, apresentarem defesa escrita, sendo facultado apresentar rol de eventuais provas que deseja produzir, de forma fundamentada, para deliberaçãõ da comissão e exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.

**§1.º** A notificacão conterá, no mínimo:

- I. A identificaçãõ da pessoa jurídica e o número de sua inscriçãõ no CNPJ, ou nome da pessoa física e sua inscriçãõ no CPF;
- II. A indicaçãõ de dados referentes ao edital ou contrato, em tese, descumprido;
- III. A descriçãõ sucinta dos atos praticados e cláusulas contratuais ou legais descumpridas, as sanções cabíveis e os percentuais de multa que poderão ser aplicados;
- IV. O prazo para a apresentaçãõ da defesa escrita, bem como orientações para que o notificado possa especificar as provas que pretende produzir;



**V.** A indicação do local e do horário de funcionamento em que a defesa deverá ser protocolizada, em caso de processos físicos;

**VI.** A indicação dos elementos materiais de prova da infração e de eventuais agravantes já identificadas;

**VII.** A forma como se dará a ciência ao notificado dos atos e dos termos referentes ao processo, que deverá ser, em regra, por correio eletrônico, exceto no caso em que o notificado for revel;

**VIII.** A informação de que o processo continuará independentemente da apresentação de defesa.

**§2.º** A apresentação de defesa escrita supre qualquer alegação de irregularidade na notificação.

**§3.º** Cabe à autoridade notificante informar às seguradoras a instauração do processo de aplicação de penalidade conforme estipulado nas apólices ou documentos correlatos.

**Art. 26.** A notificação será feita, preferencialmente, por meio eletrônico, no endereço indicado no processo, devendo o notificado confirmar, em até 02 (dois) dias úteis, o recebimento da notificação.

**§1.º** Na fase de licitação, a notificação será enviada pelo sistema utilizado, se licitação eletrônica, ou por e-mail ao credenciado ou representante da licitante, se licitação presencial.

**§2.º** Na fase contratual, a notificação será enviada para o correio eletrônico do preposto responsável da notificada.



**§3.º** Não confirmado o recebimento da notificação feita por meio eletrônico, esta ocorrerá pelo correio e, caso reste infrutífera, realizar-se-á em seguida pessoalmente, sendo o início do prazo para defesa o primeiro dia útil seguinte ao recebimento.

**§4.º** Casos restem frustradas as tentativas de intimação por correio e pessoalmente, a intimação se dará por publicação no Diário Oficial Eletrônico adotado pelo CONDOESTE, sendo então presumido o conhecimento de seu inteiro teor pelo notificado, e seu prazo para defesa terá início no dia útil seguinte à publicação.

**§5.º** Na primeira oportunidade de se manifestar no processo, o notificado deverá justificar de forma clara e fundamentada a ausência de confirmação do recebimento da notificação enviada por meio eletrônico.

**§6.º** No caso de notificação pelo correio e pessoalmente, será válida a entrega do documento à pessoa com poderes de gerência geral ou de administração da notificada ou, ainda, a funcionário responsável pelo recebimento de correspondências.

**Art. 27.** Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

**Parágrafo único.** Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

**Art. 28.** Transcorrido o prazo previsto no parágrafo único, do artigo anterior, a comissão Processante elaborará relatório no qual mencionará os fatos imputados, os dispositivos legais e regulamentares infringidos, as penas a que está sujeito o adjudicatário ou contratado, as peças principais dos autos, analisará as manifestações da defesa e indicará as provas em que se baseou para formar sua convicção, fazendo referência às folhas do processo onde se encontram.



**§1.º** O relatório será sempre conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do licitante ou contratado e informará, quando for o caso, se houve falta capitulada como crime e se houve danos aos cofres públicos, sugerindo à autoridade julgadora a remessa de cópia do processo ao setor competente para as providências cabíveis.

**§2.º** O relatório poderá, ainda, propor a absolvição por insuficiência de provas quanto à autoria ou materialidade.

**§3.º** O relatório poderá conter sugestões sobre medidas que podem ser adotadas pela administração, objetivando evitar a repetição de fatos ou irregularidades semelhantes aos apurados no processo.

**§4.º** O processo administrativo, com o relatório da comissão será remetido para deliberação da autoridade competente, após a manifestação da assessoria jurídica deste consórcio.

## SEÇÃO V

### DA FALSIDADE DOCUMENTAL

**Art. 29.** No caso de indícios de falsidade documental, apresentados no curso da instrução, a comissão processante intimará o acusado para manifestação, em 03 (três) dias úteis.

**§1.º** A decisão sobre falsidade do documento será realizada quando do julgamento do processo.

**§2.º** Quando a apresentação de declaração ou documento falso na fase licitatória ou de execução do contrato for a causa principal para a abertura do processo de apuração de responsabilidade, não se aplica o disposto no *caput* e no §1.º, deste artigo.



## **SEÇÃO VI DO ACUSADO REVEL**

**Art. 30.** Se o acusado, regularmente notificado, não comparecer para exercer o direito de acompanhar o processo de apuração de responsabilidade, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas nos autos do procedimento administrativo para apuração de responsabilidade.

**§1.º** Na notificação ao acusado deve constar advertência relativa aos efeitos da revelia de que trata o *caput* deste artigo.

**§2.º** O revel poderá intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontrar.

**§3.º** Nos casos de notificação ficta será nomeado curador especial.

## **SEÇÃO VII DO JULGAMENTO**

**Art. 31.** A decisão condenatória mencionará, no mínimo:

- I. A identificação do acusado;
- II. O dispositivo legal violado;
- III. A sanção imposta.

**§1.º** A decisão condenatória será motivada, com indicação precisa e suficiente dos fatos e dos fundamentos jurídicos tomados em conta para a formação do convencimento.

**§2.º** A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de outras decisões ou manifestações técnicas ou jurídicas, que, neste caso, serão partes integrantes do ato.



**Art. 32.** Na aplicação das sanções, a administração pública deve observar:

- I. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II. As peculiaridades do caso concreto;
- III. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV. Os danos que dela provierem para a administração pública;
- V. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;
- VI. situação econômico-financeira do acusado, em especial sua capacidade de geração de receitas e seu patrimônio, no caso de aplicação de multa.

**Art. 33.** São circunstâncias agravantes:

- I. A prática da infração com violação de dever inerente a cargo, ofício ou profissão;
- II. O conluio entre licitantes ou contratados para a prática da infração;
- III. A apresentação de documento falso no curso do processo administrativo de apuração de responsabilidade;
- IV. A prática de quaisquer infrações absorvidas, na forma do disposto no artigo 6.º desta Resolução;
- V. A reincidência.

**§1.º** Verifica-se a reincidência quando o acusado comete nova infração, depois de condenado definitivamente por idêntica infração anterior.

**§2.º** Para efeito de reincidência:

- I. Considera-se a decisão proferida no âmbito da administração pública direta e indireta de todos os entes federativos, se imposta a pena de declaração de inidoneidade de licitar e contratar;
- II. Não prevalece a condenação anterior, se entre a data da publicação da decisão definitiva e a do cometimento da nova infração tiver decorrido período de tempo superior a 05 (cinco) anos;
- III. Não se verifica, se tiver ocorrido a reabilitação em relação à infração anterior.



**§3.º** As infrações secundárias tidas como circunstâncias agravantes majorarão a pena estabelecida para as sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar nos seguintes quantitativos:

- I. Serão acrescidos em 1/8 as infrações puníveis com a sanção de advertência;
- II. Serão acrescidos em 1/6 as infrações puníveis com a sanção de impedimento de licitar ou contratar;
- III. Serão acrescidos em 1/4 as infrações puníveis com a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**Art. 34.** São circunstâncias atenuantes:

- I. A primariedade;
- II. Procurar evitar ou minorar as consequências da infração antes do julgamento;
- III. Reparar o dano antes do julgamento;
- IV. Confessar a autoria da infração.

**Parágrafo único.** Considera-se primário aquele que não tenha sido condenado definitivamente por infração administrativa prevista em lei ou já tenha sido reabilitado.

**Art. 35.** Sem modificação dos fatos narrados na autorização de abertura do processo de apuração de responsabilidade, o órgão julgador poderá atribuir definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, sujeite o acusado à sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

## **SEÇÃO VIII DA PRESCRIÇÃO**

**Art. 36.** A prescrição ocorrerá em 05 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, devendo-se observar as causas de interrupção e suspensão previstas no §4.º, do artigo 158, da Lei Federal N.º 14.133, de 2021.



## SEÇÃO IX

### DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

**Art. 37.** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada, nos termos do artigo 160, da Lei Federal N.º 14.133, de 2021, sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na citada Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**Art. 38.** A desconsideração da personalidade jurídica, para os fins desta Resolução, poderá ser direta ou indireta, nos termos em que:

**I.** A desconsideração direta da personalidade jurídica implicará na aplicação de sanção diretamente em relação aos sócios ou administradores de pessoas jurídicas licitantes ou contratadas;

**II.** A desconsideração indireta da personalidade jurídica se dará, no processo da licitação ou de contratação direta, no caso de verificação de ocorrência impeditiva indireta.

**Art. 39.** Considera-se ocorrência impeditiva indireta a extensão dos efeitos de sanção que impeça de licitar e contratar a

**I.** As pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a administração pública enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

**II.** As pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no inciso I, deste artigo.





**Art. 40.** A competência para decidir sobre a desconsideração da personalidade jurídica indireta será da autoridade máxima do órgão ou entidade.

**§1.º** Diante de suspeita de ocorrência impeditiva indireta, será suspenso o processo licitatório, para investigar se a participação da pessoa jurídica no processo de contratação teve como objetivo burlar os efeitos da sanção aplicada a outra empresa com quadro societário comum.

**§2.º** Será notificado o interessado para que apresente manifestação, no exercício do contraditório e da ampla defesa, no prazo de 02 (dois) dias úteis.

**§3.º** Os agentes públicos responsáveis pela condução da licitação ou processo de contratação direta avaliarão os argumentos de defesa e realizarão as diligências necessárias para a prova dos fatos, tais como apurar as condições de constituição da pessoa jurídica ou do início da sua relação com os sócios da empresa sancionada; a atividade econômica desenvolvida pelas empresas; a composição do quadro societário e identidade dos dirigentes e administradores; compartilhamento de estrutura física ou de pessoal; dentre outras.

**§4.º** Formado o convencimento acerca da existência de ocorrência impeditiva indireta, o licitante será inabilitado.

**Art. 41.** A desconsideração direta da personalidade jurídica será realizada no caso de cometimento, por sócio ou administrador de pessoa jurídica licitante ou contratada, das condutas previstas no artigo 155, da Lei Federal N.º 14.133, de 2021.

**Art. 42.** No caso de desconsideração direta da personalidade jurídica, as sanções previstas no artigo 155 da Lei Federal N.º 14.133, de 2021 serão também aplicadas em relação aos sócios ou administradores que cometerem infração.



**Art. 43.** A desconsideração direta da personalidade jurídica será precedida de processo administrativo, no qual sejam asseguradas as garantias do contraditório e da ampla defesa.

**§1.º** As infrações cometidas diretamente por sócio ou administrador na qualidade de licitante ou na execução de contrato poderão ser apuradas no mesmo processo destinado à apuração de responsabilidade da pessoa jurídica.

**§2.º** A declaração da desconsideração direta da personalidade jurídica é de competência da autoridade máxima deste consórcio público.

**§3.º** Da decisão de desconsideração direta da personalidade jurídica cabe pedido de reconsideração, no prazo de 03 (três) dias úteis.

## **SEÇÃO X**

### **DA EXTINÇÃO DOS CONTRATOS**

**Art. 44.** A extinção do contrato por ato unilateral da administração pública poderá ocorrer:

- I. Antes da abertura do processo de apuração de responsabilidade;
- II. No processo administrativo simplificado de apuração de responsabilidade;
- III. Em caráter incidental, no curso do processo de apuração de responsabilidade;
- IV. Quando do julgamento de apuração de responsabilidade.

**Art. 45.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal N.º 14.133, de 2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal N.º 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos nesta Resolução.



## SEÇÃO XI DO CÔMPUTO DAS SANÇÕES

**Art. 46.** Sobrevindo nova condenação, no curso do período de vigência de infração prevista nos incisos III ou IV, do artigo 4.º, desta Resolução, será somado ao período remanescente o tempo fixado na nova decisão condenatória, reiniciando-se os efeitos das sanções.

**§1.º** Na soma envolvendo sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 4.º desta Resolução, observar-se-á o prazo máximo de 06 (seis) anos em que o condenado poderá ficar proibido de licitar ou contratar com o CONDOESTE e com os municípios consorciados.

**§2.º** Para o cálculo da soma prevista no *caput*, contam-se as condenações em meses, desprezando-se os dias, respeitando-se o limite máximo previsto no parágrafo anterior, orientado pelo termo inicial da primeira condenação.

**Art. 47.** São independentes e operam efeitos independentes as infrações autônomas praticadas por licitantes ou contratados.

**Parágrafo único.** As sanções previstas nos incisos III ou IV, do artigo 4.º, desta Resolução, serão aplicadas de modo independente em relação a cada infração diversa cometida.

## SEÇÃO XII DA REABILITAÇÃO

**Art. 48.** É admitida a reabilitação do condenado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- I. Reparação integral do dano causado à administração pública;
- II. Pagamento da multa;
- III. Transcurso do prazo mínimo de 01 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 03 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;



**IV.** Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo, dentre elas que o reabilitando:

- a)** Não esteja cumprindo pena por outra condenação;
- b)** Não tenha sido definitivamente condenado, durante o período previsto no inciso III, deste artigo, a quaisquer das penas previstas no artigo 156, da Lei Federal N.º 14.133, de 2021, imposta pelo CONDOESTE;
- c)** Não tenha sido definitivamente condenado, durante o período previsto no inciso III, deste artigo, por ato praticado após a sanção que busca reabilitar, a pena prevista no inciso IV, do artigo 156, da Lei Federal N.º 14.133, de 2021, imposta pela administração pública direta ou indireta dos demais entes federativos.

**V.** Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

**Parágrafo único.** A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII, do *caput*, do artigo 155, da Lei Federal N.º 14.133, de 2021 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

**Art. 49.** A reabilitação alcança quaisquer penas aplicadas em decisão definitiva, assegurando ao licitante o sigilo dos registros sobre o seu processo e condenação.

**Parágrafo único.** Reabilitado o licitante, a Administração Pública solicitará sua exclusão do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS e do Cadastro Nacional de Empresas Punidas-CNEP, instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal e no Sistema Gestão de Materiais e Serviços-GMS.

## **CAPÍTULO IV**

### **DA PUBLICIDADE**

**Art. 50.** O CONDOESTE, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da aplicação da sanção da qual não caiba mais recurso, deverá informar e manter



atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas-CNEP, instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, conforme previsto no *caput*, do artigo 161, da Lei Federal N.º 14.133, de 2021.

**§1.º** No prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do trânsito em julgado da decisão, a autoridade julgadora comunicará aos órgãos de controle interno dos municípios consorciados, com envio de cópia da decisão, para, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, realizar o registro da penalidade no Cadastro Nacional de Empresa Inidôneas e Suspensas-CEIS e, se for o caso, no Cadastro Nacional de Empresas Punidas-CNEP.

**§2.º** O endereço para acesso ao CEIS e ao CNEP será divulgado no portal eletrônico do CONDOESTE.

## **CAPÍTULO V**


### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art.51.** Os casos omissos serão dirimidos à luz da Lei Federal N.º 14.133/2021, com o auxílio da Assessoria Jurídica deste consórcio público.

**Art. 52.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Colatina/ES, 13 de maio de 2024.

JOAO GUERINO  
BALESTRASSI:49378244734

 Assinado de forma digital por JOAO GUERINO  
BALESTRASSI:49378244734  
Dados: 2024.05.13 14:27:56 -03'00'

**JOÃO GUERINO BALESTRASSI**  
Presidente do CONDOESTE  
Prefeito de Colatina/ES

---

Praça Isidoro Binda, N.º 04, Bairro Vila Nova, Colatina/ES. CEP 29702 - 040.

Telefone: (27) 3711-2910. CNPJ N.º11.422.312/0001- 00.

E.mail: [administrativo@condoeste.es.gov.br](mailto:administrativo@condoeste.es.gov.br)

Site: [www.condoeste.es.gov.br](http://www.condoeste.es.gov.br)

**TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2024.**

O Presidente do Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Território do Caparaó Capixaba-Consórcio Caparaó, Sr. Eleardo Aparício Costa Brasil, no uso de suas atribuições legais, torna público o Processo Administrativo nº 020/2024, **RATIFICA** a contratação por **DISPENSA DE LICITAÇÃO** da empresa **40.919.093 TOBIAS AUGUSTO DELPUPO inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 40.919.093/0001-77**, no valor total de **R\$ 7.500,00 (Sete mil e quinhentos reais)**, nos termos do artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021, referente a aquisição de Computador Corporativo e Monitor, para atender as necessidades da área de Licenciamento Ambiental do Consórcio Caparaó. Divino de São Lourenço-ES, 13 de maio de 2024.

**Eleardo Aparício Costa Brasil**  
Presidente do Consórcio Caparaó  
**Protocolo 1319934**

**Consórcio Público Intermunicipal Para Fortalecimento da Produção e Comercialização de Produtos Hortigranjeiros - COINTER**

**Contrato**

**RESUMO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 004/2024**

**ID TCE/ES:** 2024.501C2600001.09.0005

**PROCESSO N.º:** 453/2023

**CONTRATANTE:** Consórcio Público Intermunicipal para o Fortalecimento da Produção e Comercialização de Produtos Hortigranjeiros - COINTER

**CONTRATADO:** Gilberto Lemos

**OBJETO:** Fica acrescido o valor de R\$ 12.320,00 (doze mil trezentos e vinte reais) ao Contrato de Prestação de Serviços, referente a contratação de profissional, em caráter excepcional e temporário, para prestação de serviços gerais no tocante capina e limpeza, na Unidade Regional Ceasa Noroeste.

**DATA DE ASSINATURA:** 10 de maio de 2024

Colatina/ES, 10 de maio de 2024.

**João Guerino Balestrassi**  
Presidente do COINTER  
**Protocolo 1318736**

**Consórcio Público Para Tratamento e Destinação Adequada de Resíduos Sólidos da Região Doce Oeste do Estado do Espírito Santo - CONDOESTE**

**Resolução**

**RESOLUÇÃO CONDOESTE N.º 016/2024: ESTABELECE PROCEDIMENTOS PARA APURAÇÃO E APLICAÇÃO DE PENALIDADES EM LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES REGIDAS PELA LEI FEDERAL N.º 14.133/2021, NO ÂMBITO DO CONDOESTE.**

O Presidente do Consórcio Público para Tratamento e Destinação Final Adequada de Resíduos Sólidos

da Região Doce Oeste do Estado do Espírito Santo-CONDOESTE, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento às disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato e do Estatuto do Consórcio Público, e

CONSIDERANDO a Lei Federal N.º 14.133, de 1.º de abril de 2021-Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

CONSIDERANDO a necessidade de observância aos princípios previstos no art. 5.º da referida lei, assim como às disposições do Decreto-Lei N.º 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro);

CONSIDERANDO que o art. 155 e seguintes da Lei Federal N.º 14.133/2021 dispõe sobre as infrações e sanções administrativas,

**RESOLVE:**

**CAPÍTULO I-DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1.º** Esta Resolução estabelece o procedimento de apuração e aplicação de penalidades nos âmbitos licitatório e contratual no CONDOESTE.

**Parágrafo único.** Aplica-se o disposto nesta Resolução às licitações, às contratações diretas e procedimentos auxiliares, naquilo que for aplicável.

**Art. 2.º** O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas infrações descritas no artigo 155, da Lei Federal N.º 14.133, de 2021, e, ainda, de qualquer outro descumprimento de cláusula editalícia, contratual ou da legislação referente às licitações e contratações públicas.

**Art. 3.º** A aplicação das sanções administrativas pelo cometimento de infração será precedida do devido processo legal, com garantias fundamentais de contraditório e ampla defesa, com a utilização dos meios, provas e recursos admitidos em direito.

**Parágrafo único.** Dos atos da Administração Pública, decorrentes da aplicação das sanções administrativas previstas nesta Resolução, caberá recurso e pedido de reconsideração, nos termos disciplinados no artigo 165 e seguintes, da Lei Federal N.º 14.133, de 2021.

**CAPÍTULO II-DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**Art. 4.º** Os licitantes ou contratados que descumprirem total ou parcialmente as normas administrativas ficarão sujeitos às penalidades descritas no artigo 156, da Lei Federal N.º 14.133, de 2021, quais sejam:

**I.** Advertência;

**II.** Multa;

**III.** Impedimento de licitar e contratar;

**IV.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**§1.º** Na aplicação das penalidades devem ser consideradas as circunstâncias previstas no §1.º, do artigo 156, da Lei Federal N.º 14.133, de 2021.

**§2.º** As sanções administrativas poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme disposto na legislação aplicável, no instrumento convocatório ou equivalente ou no instrumento contratual, hipótese em que serão concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à penalidade mais gravosa.

**§3.º** A autoridade julgadora, mediante ato motivado e sob os critérios de razoabilidade e proporcionalidade, poderá agravar, abrandar ou isentar a aplicação das penalidades, assim como adotar prazo ou percentual diverso do que trata esta Resolução.

**Art. 5.º** A competência para determinar a instauração do processo administrativo, julgamento e aplicação das sanções administrativas serão das seguintes autoridades:

**I.** A sanção prevista no inciso I, do *caput*, do artigo anterior, será do gestor do contrato ou do Presidente deste CONDOESTE;

**II.** As sanções previstas nos incisos II e III, do *caput*, do artigo anterior, serão do Presidente deste Consórcio Público;

**III.** A sanção prevista no inciso IV, do *caput*, do artigo anterior, será do Presidente deste CONDOESTE, sendo que, neste caso, a instauração e o processamento serão feitos no setor responsável pelo procedimento licitatório, contratação direta, procedimento auxiliar ou contratação, e, ao final, remetidos os autos para julgamento pela autoridade máxima.

**§1.º** A aplicação das sanções administrativas previstas em Lei não exclui, em nenhuma hipótese, a obrigação de reparação integral do dano causado à administração pública.

**§2.º** Para a aplicação das penalidades administrativas, será necessário prévio parecer jurídico, podendo ser dispensado nos casos das sanções de advertência e multa.

**Art. 6.º** O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual sujeitará o adjudicatário ou contratado infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou se iguais, somente uma delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstâncias agravantes.

**§1.º** Não se aplica a regra prevista no *caput*, deste artigo, se já houver ocorrido o julgamento ou, pelo estágio processual, revelar-se inconveniente a avaliação conjunta dos fatos.

**§2.º** O disposto neste artigo não afasta a possibilidade de aplicação da pena de multa cumulativamente à sanção mais grave.

## SEÇÃO I-DA ADVERTÊNCIA

**Art. 7.º** A sanção de advertência, que consiste em comunicação formal ao licitante ou contratado, será aplicada nas seguintes hipóteses:

**I.** Descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave, tais como, o atraso na entrega de produto, serviços e etapas de obras, e situações de natureza correlatas, independentemente da aplicação da multa;

**II.** Inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, e situações de natureza correlatas, a critério da administração pública, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

**Parágrafo único.** Para os fins deste artigo, considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato, bem como não causem prejuízos à administração pública.

## SEÇÃO II-DA MULTA

**Art. 8.º** A multa será calculada na forma prevista no edital ou no contrato, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado.

**§1.º** A aplicação de multa moratória não impedirá que a autoridade julgadora, mediante ato motivado, a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Resolução

**§2.º** Nos casos em que o valor do contrato seja irrisório ou sem custos para a Administração Pública, deverá ser fixado no edital e no próprio contrato um

valor de referência devidamente motivado para a aplicação de eventuais multas.

**Art. 9.º** O licitante ou contratado que, injustificadamente, descumprir a legislação ou cláusulas editalícias ou contratuais ou der causa a atraso no cumprimento dos prazos previstos nos contratos ou sua inexecução total ou parcial, sujeitar-se-á à aplicação da penalidade de multa, nos termos desta Resolução, sem prejuízo das demais penalidades legais cabíveis, devendo ser observados, preferencialmente, os seguintes percentuais e diretrizes:

**I.** Multa moratória de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso na entrega de bem ou execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;

**II.** Multa administrativa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação ou do valor da contratação direta em caso de recusa do licitante ou futuro contratado em assinar a ata de registro de preços ou contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;

**III.** Multa administrativa de 3% (três por cento) sobre o valor de referência para a licitação ou para a contratação direta, na hipótese de o licitante ou futuro contratado retardar injustificadamente o procedimento de contratação ou descumprir de preceito normativo ou as obrigações assumidas, tais como:

**a)** Deixar de entregar documentação exigida para o certame licitatório;

**b)** Desistir da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela administração;

**c)** Tumultuar a sessão pública da licitação;

**d)** Descumprir requisitos de habilitação na modalidade pregão, a despeito da declaração em sentido contrário;

**e)** Propor recursos manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;

**f)** Deixar de providenciar o cadastramento da empresa vencedora da licitação ou da contratação direta junto ao cadastro de fornecedores do CONDOESTE, dentro do prazo concedido pela administração, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo respectivo órgão deste CONDOESTE;

**g)** Deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de o licitante ou contratado enquadrar-se como Microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar Federal N.º 123, de 2006 e suas alterações;

**h)** Propor impugnações ou pedidos de esclarecimentos repetitivos e que já tenham sido respondidos, tumultuando a abertura do processo licitatório;

**i)** Outras situações de natureza correlatas.

**IV.** Multa administrativa de 3% (três por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação ou do valor da contratação direta, quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas, tais como:

**a)** Deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato;

**b)** Permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;

**c)** Deixar de regularizar, no prazo definido pela administração, os documentos exigidos na legislação,

para fins de liquidação e pagamento da despesa;

**d)** Deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do contratante;

**e)** Não devolver os valores pagos indevidamente pelo contratante;

**f)** Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato;

**g)** Utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;

**h)** Tolerar, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;

**i)** Deixar de fornecer Equipamento de Proteção Individual-EPI, quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;

**j)** Deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela administração pública;

**k)** Deixar de repor funcionários faltosos;

**l)** Deixar de controlar a presença de empregados, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;

**m)** Deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;

**n)** Deixar de efetuar o pagamento de salários, vales-transporte, vales-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;

**o)** Deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada;

**p)** Outras situações de natureza correlatas.

**V.** Multa administrativa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação ou do valor da contratação direta, na hipótese de o contratado entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

**VI.** Multa administrativa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato ou da ata de registro de preços, quando o contratado ou fornecedor registrado der causa, respectivamente, à rescisão do contrato ou ao cancelamento da ata de registro de preços.

**§1.º** Se a recusa em assinar o contrato ou a ata de registro de preços a que se refere o inciso II, do *caput*, deste artigo, for motivada por fato impeditivo relevante, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, a autoridade julgadora poderá, mediante ato motivado, deixar de aplicar a multa.

**§2.º** Os atos convocatórios e os contratos poderão dispôr de outras hipóteses de multa, desde que justificadas pelo respectivo órgão desta administração pública, dentro dos limites estabelecidos no *caput*, do artigo 8.º desta Resolução.

**§3.º** O atraso para apresentação, execução, prestação e obrigação contratual ou licitatória, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias contínuos, a partir do 1.º (primeiro) dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o seu cumprimento.

**§4.º** A aplicação das multas de natureza moratória não impede a aplicação superveniente de outras multas previstas neste artigo, cumulando-se os respectivos valores.

**§5.º** No caso de prestações continuadas, a multa de 5% (cinco por cento) de que trata o inciso V, do *caput*, deste artigo será calculada sobre o valor da

parcela que eventualmente for descumprida.

**§6.º** A aplicação das multas previstas nesta subseção não exclui, em nenhuma hipótese, a obrigação de reparação integral do dano causado à administração pública.

**Art. 10.** Na hipótese de deixar o licitante ou contratado de pagar a multa aplicada a tempo e o modo devidos, o valor correspondente será executado observando-se os seguintes critérios:

**I.** Se a multa aplicada for superior ao valor das faturas subsequentes ao mês do inadimplemento, responderá o licitante ou contratado pela sua diferença, devidamente atualizada monetariamente e acrescida de juros e encargos legais, fixados segundo os índices e taxas utilizados na cobrança dos créditos não tributários do município sede deste consórcio público ou cobrados judicialmente;

**II.** Inexistindo faturas subsequentes ou sendo estas insuficientes, descontar-se-á do valor da garantia;

**Art. 11.** O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias contínuos será considerado como inexecução total do contrato ou da ata de registro de preços, devendo os instrumentos respectivos serem rescindidos, salvo razões de interesse público devidamente motivadas no ato do respectivo órgão deste CONDOESTE.

### SEÇÃO III-DO IMPEDIMENTO DE LICITAR

**Art. 12.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, àquele que:

**I.** Dar causa à inexecução parcial do contrato, que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**II.** Dar causa à inexecução total do contrato;

**III.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**IV.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**V.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**VI.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**VII.** Outras situações de natureza correlatas.

**§1.º** Considera-se inexecução total do contrato:

**I.** Recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada;

**II.** Recusa injustificada do adjudicatário em assinar ata de registro de preços, contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração pública.

**§2.º** Evidenciada a inexecução total, a inexecução parcial ou o retardamento do cumprimento do encargo contratual, o adjudicatário ou contratado será notificado para apresentar, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da publicação ou ciência, a justificativa para o descumprimento do contrato.

**§3.º** A justificativa apresentada pelo licitante ou adjudicatário será analisada pelo agente de contratação, pregoeiro ou comissão de licitação; e a apresentada pela contratada será analisada pelo fiscal do contrato que, mediante ato motivado, apresentará manifestação e submeterá à decisão da autoridade superior.

**§4.º** Rejeitadas as justificativas, o agente competente submeterá à autoridade máxima do órgão ou entidade para que decida sobre o encaminhamento para a instauração do processo para a apuração de responsabilidade, salvo quando não for ele a



autoridade instauradora e julgadora.

**§5.º** Preliminarmente ao encaminhamento à instauração do processo, de que trata o parágrafo anterior, poderá a autoridade superior conceder prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da publicação ou da ciência, para a adequação da execução contratual ou entrega do objeto.

**§6.º** A sanção prevista no *caput*, deste artigo, impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta e indireta dos municípios consorciados, pelo prazo máximo de 03 (três) anos a contar da sua inscrição no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS.

#### **SEÇÃO IV-DA DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE**

**Art. 13.** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada àquele que:

**I.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

**II.** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**III.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**IV.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**V.** Praticar ato lesivo previsto no artigo 5.º, da Lei Federal N.º 12.846, de 2013;

**VI.** Outras situações de natureza correlatas

**§1.º** A autoridade máxima, quando do julgamento, se concluir pela existência de infração criminal ou de ato de improbidade administrativa, dará conhecimento aos órgãos de controle da administração pública competente para atuação no âmbito das respectivas competências.

**§2.º** A sanção prevista no *caput*, deste artigo, aplicada por qualquer ente da Federação, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta e indireta dos municípios consorciados, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, a contar do trânsito em julgado da decisão administrativa.

### **CAPÍTULO III-DOS PROCEDIMENTOS PARA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES**

#### **SEÇÃO I-DOS ATOS PROCESSUAIS, DO TEMPO, DOS PRAZOS E DA FORMA DOS ATOS**

**Art. 14.** Serão aceitos documentos assinados digitalmente, desde que atendidas as exigências mínimas para utilização de assinaturas eletrônicas nos documentos e nas interações com o Poder Público, nos termos da Lei Federal N.º 14.063, de 2020.

**Art. 15.** Os prazos processuais serão contados em dias úteis, salvo disposição expressa em sentido contrário.

**§1.º** Considera-se dia útil o dia em que houver expediente no CONDOESTE, ainda que na modalidade teletrabalho.

**§2.º** Os prazos serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento e observarão as seguintes disposições:

**I.** Os prazos expressos em dias corridos serão computados de modo contínuo;

**II.** Os prazos expressos em meses ou anos serão computados de data a data.

**§3.º** Salvo disposição em contrário, considera-se dia do começo do prazo:

**I.** O primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação;

**II.** A data de juntada aos autos a contar da publicação

ou ciência.

**Art. 16.** Não existindo determinação em sentido contrário, os atos processuais devem ser praticados pelos notificados no prazo de 05 (cinco) dias úteis corridos.

**Art. 17.** Quando se tratar de processo digital, os atos poderão ser praticados por meio de correio eletrônico, até as 23:59 horas do último dia do prazo, salvo quando esta Resolução prescrever de forma diversa.

**Art. 18.** Para fins desta Resolução, notificação é o ato emanado da autoridade competente pelo qual se dá ciência ao interessado da instauração de processo administrativo para apuração de cometimento, em tese, de infração administrativa, dando-lhe oportunidade para o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### **SEÇÃO II-DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SUMARÍSSIMO**

**Art. 19.** A apuração de responsabilidade por infrações passíveis das sanções de advertência se dará em processo administrativo sumaríssimo, facultando-se a defesa do licitante ou contratado no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da ciência.

**§1.º** A notificação conterà, no mínimo, a descrição dos fatos imputados, o dispositivo pertinente à infração, identificação do licitante ou contratado ou os elementos pelos quais se possa identificá-los, sendo-lhe facultado apresentar rol de eventuais provas que deseja produzir, de forma fundamentada, para deliberação e exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.

**§2.º** Serão indeferidas, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

**§3.º** Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data da intimação.

**§4.º** A apuração dos fatos e apreciação dos pedidos e defesa será feita por 02 (dois) ou mais empregados dos quadros deste CONDOESTE.

**§5.º** Não poderá participar da apuração de responsabilidade, cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, seu amigo íntimo ou inimigo.

**§6.º** No processo administrativo sumaríssimo de que trata essa subseção, é dispensada manifestação da assessoria jurídica do CONDOESTE.

#### **SEÇÃO III-DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SUMÁRIO**

**Art. 20.** A apuração de responsabilidade por infrações passíveis da sanção de multa, ou advertência e multa, se dará em processo administrativo sumário, facultando-se a defesa do licitante ou contratado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da publicação ou ciência.

**§1.º** A notificação conterà, no mínimo, a descrição dos fatos imputados, o dispositivo pertinente à infração, a identificação do licitante ou contratado ou os elementos pelos quais se possa identificá-los, sendo facultado apresentar rol de eventuais provas que deseja produzir, de forma fundamentada, para deliberação e exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa

**§2.º** Serão indeferidas, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes,

desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§3.º Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da data da intimação.

§4.º A apuração dos fatos e apreciação dos pedidos e defesa será feita por 02 (dois) ou mais empregados dos quadros do CONDOESTE, preferencialmente com, no mínimo, 03 (três) anos de tempo de serviço neste consórcio público.

§5.º Não poderá participar da apuração de responsabilidade, cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, seu amigo íntimo ou inimigo.

**Art. 21.** Transcorrido o prazo previsto no artigo anterior será elaborado relatório final conclusivo no qual resumirá as peças principais dos autos, mencionará os fatos imputados, os dispositivos legais e regulamentares infringidos, as penas a que está sujeito o adjudicatário ou contratado, opinará sobre a licitude da conduta, analisará as manifestações da defesa e indicará as provas em que se baseou para formar sua convicção, e remeterá o processo à autoridade instauradora, para julgamento.

§1.º O relatório final será sempre conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do licitante ou contratado e informará, quando for o caso, se houve falta capitulada como crime e se houve danos aos cofres públicos, sugerindo à autoridade julgadora a remessa de cópia do processo ao setor competente para as providências cabíveis.

§2.º O relatório final conclusivo poderá, ainda, propor a absolvição por insuficiência de provas quanto à autoria ou materialidade.

§3.º O relatório final conclusivo poderá conter sugestões sobre medidas que podem ser adotadas pelo CONDOESTE, objetivando evitar a repetição de fatos ou irregularidades semelhantes aos apurados no processo.

§4.º No processo administrativo sumário de que trata essa subseção, é dispensada manifestação da assessoria jurídica deste consórcio.

§5.º Se evidenciado no curso do processo administrativo sumário que o caso envolve a prática de conduta que possa caracterizar infração punível com as sanções de impedimento de licitar ou contratar ou de declaração de inidoneidade de que tratam os incisos III e IV, do artigo 4.º desta Resolução, será instaurado o processo de responsabilização pelo rito comum, nos termos previstos no artigo 22 e seguintes desta Resolução.

## SEÇÃO IV-DO PROCESSO ADMINISTRATIVO COMUM

**Art. 22.** A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 4.º, desta Resolução requererá a instauração de processo de responsabilização, de que trata o artigo 158, da Lei Federal N.º 14.133, de 2021, a ser conduzido por comissão processante, permanente ou designada pela autoridade máxima deste consórcio público.

§1.º A autoridade competente analisará a documentação e, caso entenda necessário, poderá determinar a realização de diligências antes de decidir pela instauração ou não do processo administrativo.

§2.º A instauração do processo se dará por ato de quem possui competência para aplicar a sanção, devendo consistir, no mínimo, em relatório circunstanciado, e mencionará:

**I.** A identificação do licitante ou contratado, denominado acusado, ou os elementos pelos quais se possa identificá-lo;

**II.** Os fatos que ensejam a apuração;

**III.** O enquadramento dos fatos às normas pertinentes à infração;

**IV.** As cláusulas editalícias ou contratuais descumpridas;

**V.** O número do edital, do processo e do instrumento jurídico do contrato ou ata de registro de preços, termo aditivo e nota de empenho que foram descumpridos;

**VI.** Na hipótese do § 3.º deste artigo, a identificação dos administradores e ou sócios, pessoa jurídica sucessora ou empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito.

§3.º A infração poderá ser imputada, solidariamente, aos administradores e sócios que possuam poderes de administração, se houver indícios de envolvimento no ilícito, como também à pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, seguindo o disposto para a desconsideração direta da personalidade jurídica.

**Art. 23.** A comissão processante será composta por 02 (dois) ou mais empregados dos quadros deste Consórcio Público, preferencialmente com, no mínimo, 03 (três) anos de tempo de serviço no CONDOESTE, com atribuição de conduzir o processo e praticar todos os atos necessários para elucidação dos fatos, inclusive com poderes decisórios sobre os atos de caráter instrutório.

§1.º Não poderá participar de comissão processante, cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, seu amigo íntimo ou inimigo.

**Art. 24.** O processo será iniciado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento dos autos pela comissão e concluído no prazo de 60 (sessenta) dias úteis, contados do seu início, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem, e mediante justificação fundamentada.

**Art. 25.** Instaurado o processo administrativo, a autoridade competente deverá emitir a notificação, para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentarem defesa escrita, sendo facultado apresentar rol de eventuais provas que deseja produzir, de forma fundamentada, para deliberação da comissão e exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.

§1.º A notificação conterá, no mínimo:

**I.** A identificação da pessoa jurídica e o número de sua inscrição no CNPJ, ou nome da pessoa física e sua inscrição no CPF;

**II.** A indicação de dados referentes ao edital ou contrato, em tese, descumprido;

**III.** A descrição sucinta dos atos praticados e cláusulas contratuais ou legais descumpridas, as sanções cabíveis e os percentuais de multa que poderão ser aplicados;

**IV.** O prazo para a apresentação da defesa escrita, bem como orientações para que o notificado possa especificar as provas que pretende produzir;

**V.** A indicação do local e do horário de funcionamento em que a defesa deverá ser protocolizada, em caso de processos físicos;

**VI.** A indicação dos elementos materiais de prova da infração e de eventuais agravantes já identificadas;

**VII.** A forma como se dará a ciência ao notificado

dos atos e dos termos referentes ao processo, que deverá ser, em regra, por correio eletrônico, exceto no caso em que o notificado for revel;

**VIII.** A informação de que o processo continuará independentemente da apresentação de defesa.

§2.º A apresentação de defesa escrita supre qualquer alegação de irregularidade na notificação.

§3.º Cabe à autoridade notificante informar às seguradoras a instauração do processo de aplicação de penalidade conforme estipulado nas apólices ou documentos correlatos.

**Art. 26.** A notificação será feita, preferencialmente, por meio eletrônico, no endereço indicado no processo, devendo o notificado confirmar, em até 02 (dois) dias úteis, o recebimento da notificação.

§1.º Na fase de licitação, a notificação será enviada pelo sistema utilizado, se licitação eletrônica, ou por e-mail ao credenciado ou representante da licitante, se licitação presencial.

§2.º Na fase contratual, a notificação será enviada para o correio eletrônico do preposto responsável da notificada.

§3.º Não confirmado o recebimento da notificação feita por meio eletrônico, esta ocorrerá pelo correio e, caso reste infrutífera, realizar-se-á em seguida pessoalmente, sendo o início do prazo para defesa o primeiro dia útil seguinte ao recebimento.

§4.º Casos restem frustradas as tentativas de intimação por correio e pessoalmente, a intimação se dará por publicação no Diário Oficial Eletrônico adotado pelo CONDOESTE, sendo então presumido o conhecimento de seu inteiro teor pelo notificado, e seu prazo para defesa terá início no dia útil seguinte à publicação.

§5.º Na primeira oportunidade de se manifestar no processo, o notificado deverá justificar de forma clara e fundamentada a ausência de confirmação do recebimento da notificação enviada por meio eletrônico.

§6.º No caso de notificação pelo correio e pessoalmente, será válida a entrega do documento à pessoa com poderes de gerência geral ou de administração da notificada ou, ainda, a funcionário responsável pelo recebimento de correspondências.

**Art. 27.** Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

**Parágrafo único.** Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

**Art. 28.** Transcorrido o prazo previsto no parágrafo único, do artigo anterior, a comissão Processante elaborará relatório no qual mencionará os fatos imputados, os dispositivos legais e regulamentares infringidos, as penas a que está sujeito o adjudicatário ou contratado, as peças principais dos autos, analisará as manifestações da defesa e indicará as provas em que se baseou para formar sua convicção, fazendo referência às folhas do processo onde se encontram.

§1.º O relatório será sempre conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do licitante ou contratado e informará, quando for o caso, se houve falta capitulada como crime e se houve danos aos cofres públicos, sugerindo à autoridade julgadora a remessa de cópia do processo ao setor competente para as providências cabíveis.

§2.º O relatório poderá, ainda, propor a absolvição

por insuficiência de provas quanto à autoria ou materialidade.

§3.º O relatório poderá conter sugestões sobre medidas que podem ser adotadas pela administração, objetivando evitar a repetição de fatos ou irregularidades semelhantes aos apurados no processo.

§4.º O processo administrativo, com o relatório da comissão será remetido para deliberação da autoridade competente, após a manifestação da assessoria jurídica deste consórcio.

## SEÇÃO V-DA FALSIDADE DOCUMENTAL

**Art. 29.** No caso de indícios de falsidade documental, apresentados no curso da instrução, a comissão processante intimará o acusado para manifestação, em 03 (três) dias úteis.

§1.º A decisão sobre falsidade do documento será realizada quando do julgamento do processo.

§2.º Quando a apresentação de declaração ou documento falso na fase licitatória ou de execução do contrato for a causa principal para a abertura do processo de apuração de responsabilidade, não se aplica o disposto no *caput* e no §1.º, deste artigo.

## SEÇÃO VI-DO ACUSADO REVEL

**Art. 30.** Se o acusado, regularmente notificado, não comparecer para exercer o direito de acompanhar o processo de apuração de responsabilidade, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas nos autos do procedimento administrativo para apuração de responsabilidade.

§1.º Na notificação ao acusado deve constar advertência relativa aos efeitos da revelia de que trata o *caput* deste artigo.

§2.º O revel poderá intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontrar.

§3.º Nos casos de notificação ficta será nomeado curador especial.

## SEÇÃO VII-DO JULGAMENTO

**Art. 31.** A decisão condenatória mencionará, no mínimo:

**I.** A identificação do acusado;

**II.** O dispositivo legal violado;

**III.** A sanção imposta.

§1.º A decisão condenatória será motivada, com indicação precisa e suficiente dos fatos e dos fundamentos jurídicos tomados em conta para a formação do convencimento.

§2.º A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de outras decisões ou manifestações técnicas ou jurídicas, que, neste caso, serão partes integrantes do ato

**Art. 32.** Na aplicação das sanções, a administração pública deve observar:

**I.** A natureza e a gravidade da infração cometida;

**II.** As peculiaridades do caso concreto;

**III.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**IV.** Os danos que dela provierem para a administração pública;

**V.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

**VI.** situação econômico-financeira do acusado, em especial sua capacidade de geração de receitas e seu patrimônio, no caso de aplicação de multa.

**Art. 33.** São circunstâncias agravantes:

**I.** A prática da infração com violação de dever

inerente a cargo, ofício ou profissão;

**II.** O conluio entre licitantes ou contratados para a prática da infração;

**III.** A apresentação de documento falso no curso do processo administrativo de apuração de responsabilidade;

**IV.** A prática de quaisquer infrações absorvidas, na forma do disposto no artigo 6.º desta Resolução;

**V.** A reincidência.

**§1.º** Verifica-se a reincidência quando o acusado comete nova infração, depois de condenado definitivamente por idêntica infração anterior.

**§2.º** Para efeito de reincidência:

**I.** Considera-se a decisão proferida no âmbito da administração pública direta e indireta de todos os entes federativos, se imposta a pena de declaração de inidoneidade de licitar e contratar;

**II.** Não prevalece a condenação anterior, se entre a data da publicação da decisão definitiva e a do cometimento da nova infração tiver decorrido período de tempo superior a 05 (cinco) anos;

**III.** Não se verifica, se tiver ocorrido a reabilitação em relação à infração anterior.

**§3.º** As infrações secundárias tidas como circunstâncias agravantes majorarão a pena estabelecida para as sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar nos seguintes quantitativos:

**I.** Serão acrescidos em 1/8 as infrações puníveis com a sanção de advertência;

**II.** Serão acrescidos em 1/6 as infrações puníveis com a sanção de impedimento de licitar ou contratar;

**III.** Serão acrescidos em 1/4 as infrações puníveis com a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**Art. 34.** São circunstâncias atenuantes:

**I.** A primariedade;

**II.** Procurar evitar ou minorar as consequências da infração antes do julgamento;

**III.** Reparar o dano antes do julgamento;

**IV.** Confessar a autoria da infração.

**Parágrafo único.** Considera-se primário aquele que não tenha sido condenado definitivamente por infração administrativa prevista em lei ou já tenha sido reabilitado.

**Art. 35.** Sem modificação dos fatos narrados na autorização de abertura do processo de apuração de responsabilidade, o órgão julgador poderá atribuir definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, sujeite o acusado à sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

## SEÇÃO VIII-DA PRESCRIÇÃO

**Art. 36.** A prescrição ocorrerá em 05 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, devendo-se observar as causas de interrupção e suspensão previstas no §4.º, do artigo 158, da Lei Federal N.º 14.133, de 2021.

## SEÇÃO IX-DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

**Art. 37.** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada, nos termos do artigo 160, da Lei Federal N.º 14.133, de 2021, sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na citada Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo

com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**Art. 38.** A desconsideração da personalidade jurídica, para os fins desta Resolução, poderá ser direta ou indireta, nos termos em que:

**I.** A desconsideração direta da personalidade jurídica implicará na aplicação de sanção diretamente em relação aos sócios ou administradores de pessoas jurídicas licitantes ou contratadas;

**II.** A desconsideração indireta da personalidade jurídica se dará, no processo da licitação ou de contratação direta, no caso de verificação de ocorrência impeditiva indireta.

**Art. 39.** Considera-se ocorrência impeditiva indireta a extensão dos efeitos de sanção que impeça de licitar e contratar a

**I.** As pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a administração pública enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

**II.** As pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no inciso I, deste artigo.

**Art. 40.** A competência para decidir sobre a desconsideração da personalidade jurídica indireta será da autoridade máxima do órgão ou entidade.

**§1.º** Diante de suspeita de ocorrência impeditiva indireta, será suspenso o processo licitatório, para investigar se a participação da pessoa jurídica no processo da contratação teve como objetivo burlar os efeitos da sanção aplicada a outra empresa com quadro societário comum.

**§2.º** Será notificado o interessado para que apresente manifestação, no exercício do contraditório e da ampla defesa, no prazo de 02 (dois) dias úteis.

**§3.º** Os agentes públicos responsáveis pela condução da licitação ou processo de contratação direta avaliarão os argumentos de defesa e realizarão as diligências necessárias para a prova dos fatos, tais como apurar as condições de constituição da pessoa jurídica ou do início da sua relação com os sócios da empresa sancionada; a atividade econômica desenvolvida pelas empresas; a composição do quadro societário e identidade dos dirigentes e administradores; compartilhamento de estrutura física ou de pessoal; dentre outras.

**§4.º** Formado o convencimento acerca da existência de ocorrência impeditiva indireta, o licitante será inabilitado.

**Art. 41.** A desconsideração direta da personalidade jurídica será realizada no caso de cometimento, por sócio ou administrador de pessoa jurídica licitante ou contratada, das condutas previstas no artigo 155, da Lei Federal N.º 14.133, de 2021.

**Art. 42.** No caso de desconsideração direta da personalidade jurídica, as sanções previstas no artigo 155 da Lei Federal N.º 14.133, de 2021 serão também aplicadas em relação aos sócios ou administradores que cometerem infração.

**Art. 43.** A desconsideração direta da personalidade jurídica será precedida de processo administrativo, no qual sejam asseguradas as garantias do contraditório e da ampla defesa.

**§1.º** As infrações cometidas diretamente por sócio ou administrador na qualidade de licitante ou na execução de contrato poderão ser apuradas no mesmo processo destinado à apuração de responsabilidade

da pessoa jurídica.

**§2.º** A declaração da desconsideração direta da personalidade jurídica é de competência da autoridade máxima deste consórcio público.

**§3.º** Da decisão de desconsideração direta da personalidade jurídica cabe pedido de reconsideração, no prazo de 03 (três) dias úteis.

## SEÇÃO X-DA EXTINÇÃO DOS CONTRATOS

**Art. 44.** A extinção do contrato por ato unilateral da administração pública poderá ocorrer:

**I.** Antes da abertura do processo de apuração de responsabilidade;

**II.** No processo administrativo simplificado de apuração de responsabilidade;

**III.** Em caráter incidental, no curso do processo de apuração de responsabilidade;

**IV.** Quando do julgamento de apuração de responsabilidade.

**Art. 45.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal N.º 14.133, de 2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal N.º 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos nesta Resolução.

## SEÇÃO XI-DO CÔMPUTO DAS SANÇÕES

**Art. 46.** Sobrevindo nova condenação, no curso do período de vigência de infração prevista nos incisos III ou IV, do artigo 4.º, desta Resolução, será somado ao período remanescente o tempo fixado na nova decisão condenatória, reiniciando-se os efeitos das sanções.

**§1.º** Na soma envolvendo sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 4.º desta Resolução, observar-se-á o prazo máximo de 06 (seis) anos em que o condenado poderá ficar proibido de licitar ou contratar com o CONDOESTE e com os municípios consorciados.

**§2.º** Para o cálculo da soma prevista no *caput*, contam-se as condenações em meses, desprezando-se os dias, respeitando-se o limite máximo previsto no parágrafo anterior, orientado pelo termo inicial da primeira condenação.

**Art. 47.** São independentes e operam efeitos independentes as infrações autônomas praticadas por licitantes ou contratados.

**Parágrafo único.** As sanções previstas nos incisos III ou IV, do artigo 4.º, desta Resolução, serão aplicadas de modo independente em relação a cada infração diversa cometida.

## SEÇÃO XII-DA REABILITAÇÃO

**Art. 48.** É admitida a reabilitação do condenado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

**I.** Reparação integral do dano causado à administração pública;

**II.** Pagamento da multa;

**III.** Transcurso do prazo mínimo de 01 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 03 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

**IV.** Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo, dentre elas que o reabilitando:

**a)** Não esteja cumprindo pena por outra condenação;

**b)** Não tenha sido definitivamente condenado, durante o período previsto no inciso III, deste artigo,

a quaisquer das penas previstas no artigo 156, da Lei Federal N.º 14.133, de 2021, imposta pelo CONDOESTE;

**c)** Não tenha sido definitivamente condenado, durante o período previsto no inciso III, deste artigo, por ato praticado após a sanção que busca reabilitar, a pena prevista no inciso IV, do artigo 156, da Lei Federal N.º 14.133, de 2021, imposta pela administração pública direta ou indireta dos demais entes federativos.

**V.** Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

**Parágrafo único.** A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII, do *caput*, do artigo 155, da Lei Federal N.º 14.133, de 2021 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

**Art. 49.** A reabilitação alcança quaisquer penas aplicadas em decisão definitiva, assegurando ao licitante o sigilo dos registros sobre o seu processo e condenação.

**Parágrafo único.** Reabilitado o licitante, a Administração Pública solicitará sua exclusão do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS e do Cadastro Nacional de Empresas Punidas-CNEP, instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal e no Sistema Gestão de Materiais e Serviços-GMS.

## CAPÍTULO IV-DA PUBLICIDADE

**Art. 50.** O CONDOESTE, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da aplicação da sanção da qual não caiba mais recurso, deverá informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas-CNEP, instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, conforme previsto no *caput*, do artigo 161, da Lei Federal N.º 14.133, de 2021.

**§1.º** No prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do trânsito em julgado da decisão, a autoridade julgadora comunicará aos órgãos de controle interno dos municípios consorciados, com envio de cópia da decisão, para, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, realizar o registro da penalidade no Cadastro Nacional de Empresa Inidôneas e Suspensas-CEIS e, se for o caso, no Cadastro Nacional de Empresas Punidas-CNEP.

**§2.º** O endereço para acesso ao CEIS e ao CNEP será divulgado no portal eletrônico do CONDOESTE.

## CAPÍTULO V-DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art.51.** Os casos omissos serão dirimidos à luz da Lei Federal N.º 14.133/2021, com o auxílio da Assessoria Jurídica deste consórcio público.

**Art. 52.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias. Colatina/ES, 13 de maio de 2024.

**JOÃO GUERINO BALESTRASSI**

Presidente do CONDOESTE

Prefeito de Colatina/ES

**RESOLUÇÃO CONDOESTE N.º 017/2024: DISPÕE SOBRE A LICITAÇÃO PELO CRITÉRIO DE JULGAMENTO POR MENOR PREÇO OU MAIOR DESCONTO, NA FORMA ELETRÔNICA, PARA A CONTRATAÇÃO DE BENS, SERVIÇOS E OBRAS NO ÂMBITO DO CONDOESTE.**